

## Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 3º trimestre de 2016

Aracaju, 11 de novembro de 2016 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sergipe" ou "Companhia") apresenta resultados do terceiro trimestre (3T16) e dos primeiros nove meses de 2016 (9M16).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 745 mil clientes e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km<sup>2</sup>.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses de 2016 e 2015:

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>						
Receita Operacional Bruta	366,0	371,6	- 1,5	1.128,0	1.079,9	+ 4,5
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	345,7	349,9	- 1,2	1.074,1	1.024,0	+ 4,9
Receita Operacional Líquida	248,6	245,0	+ 1,5	751,2	755,0	- 0,5
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	228,3	223,3	+ 2,2	697,3	699,1	- 0,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	23,9	40,8	- 41,4	100,3	95,1	+ 5,5
EBITDA	37,7	53,4	- 29,4	141,8	132,7	+ 6,9
EBITDA Ajustado	42,5	58,3	- 27,1	156,2	144,5	+ 8,1
Resultado financeiro	(10,1)	(95,9)	- 89,5	17,3	(161,3)	-
Lucro Líquido (prejuízo)	9,0	(33,9)	-	77,6	(26,9)	-
<b>Indicador Relativo</b>						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	17,1	23,8	- 6,7 p.p	20,8	19,1	+ 1,7 p.p
<b>Indicador Operacional</b>						
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh)	732,3	724,8	+ 1,0	2.284,3	2.383,6	- 4,2

Obs.: EBITDA é calculado a partir da soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização, conforme Instrução CVM 527/12.  
EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

### 2 Desempenho financeiro

#### 2.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros nove meses de 2016 (9M16), a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.074,1 milhões, ante R\$ 1.024,0 milhões registrados em 9M15, um aumento de 4,9% (R\$ 50,1 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, registrou uma redução de 0,3% (R\$ 1,8 milhão) no período, para R\$ 697,3 milhões.

No terceiro trimestre, a receita operacional bruta (R\$ 345,7 milhões) e a receita operacional líquida (R\$ 228,3 milhões), também deduzidas das receitas de construção, apresentou uma queda de 1,2% (R\$ 4,2 milhões) e um crescimento de 2,2% (R\$ 5,0 milhões), em relação à de igual período do ano passado, respectivamente.

Dentre os fatores que impactaram as receitas nos primeiros nove meses de 2016 se destacam:

- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um crescimento de 2,5%, o consumo de energia elétrica, cativo e livre, caiu 4,2% nos primeiros nove meses de 2016, conforme item 3 deste comentário de desempenho;
- Reversão contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA's) no montante de R\$ 38,0 milhões em 9M16, contra R\$ 51,3 milhões no mesmo período de 2015;
- Aumento das subvenções vinculadas aos serviços públicos, que em 9M16 foi de R\$ 55,6 milhões, contra R\$ 48,3 milhões em 9M15;
- Aumento de 20,0% do valor da quota CDE, cujo registro nos primeiros nove meses foi de R\$ 72,8 milhões, contra R\$ 60,7 milhões em 2015.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	272,5	317,9	- 14,3	898,8	936,5	- 4,0
✓ Residencial	132,4	147,0	- 9,9	440,2	439,6	+ 0,1
✓ Industrial	25,1	36,8	- 31,8	81,8	102,2	- 20,0
✓ Comercial	67,7	82,0	- 17,4	226,5	241,2	- 6,1
✓ Rural	6,9	7,3	- 5,5	24,6	24,4	+ 0,8
✓ Outras classes	40,4	44,8	- 9,8	125,7	129,1	- 2,6
(+) Suprimento de energia elétrica	51,1	24,3	+ 110,3	126,0	58,1	+ 116,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	(6,7)	(4,7)	+ 42,6	(10,5)	(6,1)	+ 72,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	13,1	11,6	+ 12,9	38,4	34,4	+ 11,6
(+) Receitas de construção	20,3	21,7	- 6,5	53,9	55,9	- 3,6
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(1,8)	(13,4)	- 86,6	(38,0)	(51,3)	- 25,9
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	16,0	12,5	+ 28,0	55,6	48,3	+ 15,1
(+) Outras receitas	1,5	1,7	- 11,8	3,8	4,1	- 7,3
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>366,0</b>	<b>371,6</b>	<b>- 1,5</b>	<b>1.128,0</b>	<b>1.079,9</b>	<b>+ 4,5</b>
(-) Impostos sobre vendas	90,4	98,2	- 7,9	295,8	293,6	+ 0,7
(-) Deduções bandeiras tarifárias	0,1	(2,1)	-	0,1	(36,3)	-
(-) Encargos setoriais	26,9	30,5	- 11,8	80,9	67,6	+ 19,7
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>248,6</b>	<b>245,0</b>	<b>+ 1,5</b>	<b>751,2</b>	<b>755,0</b>	<b>- 0,5</b>
(-) Receitas de construção	20,3	21,7	- 6,5	53,9	55,9	- 3,6
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>228,3</b>	<b>223,3</b>	<b>+ 2,2</b>	<b>697,3</b>	<b>699,1</b>	<b>- 0,3</b>

## 2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

### 2.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 9M16 foram de R\$ 20,6 milhões, ante R\$ 80,7 milhões registrados no mesmo período de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

### 2.2.2 Reajuste tarifário anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou em abril de 2016 o reajuste tarifário anual da Energisa Sergipe. O efeito médio para o consumidor foi de 5,24%, conforme abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
5,55	4,74	5,24	22/04/2016

### 2.2.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A Base de Remuneração Regulatória é composta pelos valores dos seguintes itens:

- i) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)
  - Terrenos
  - Edificações, obras civis e benfeitorias
  - Máquinas e equipamentos
- ii) Intangível - Servidões
- iii) Almoxarifado de Operações
- iv) Obrigações Especiais

A Base de Remuneração Líquida (BRL) e as datas das próximas Revisões Tarifárias (RT) da Energisa Sergipe são a seguinte:

Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) <sup>(1)</sup>		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
497,6	- <sup>(2)</sup>	abr/18 <sup>(2)</sup>	abr/23

<sup>(1)</sup> A preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

<sup>(2)</sup> BRL não homologada pela ANEEL, distribuidora ainda não realizou a revisão tarifária no ciclo.

### 2.2.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Sergipe pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 55,6 milhões nos primeiros nove meses de 2016. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

### 2.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 596,8 milhões em 9M16 e R\$ 204,3 milhões no 3T16, redução de 1,2% (R\$ 7,3 milhões) e aumento de 12,0% (R\$ 21,9 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2015. Desse total, as despesas não controláveis registraram redução de 4,0% ou R\$ 17,9 milhões (crescimento de 14,6% ou R\$ 19,0 milhões no 3T16), totalizando R\$ 431,3 milhões (R\$ 149,4 milhões no 3T16).

Já as despesas controláveis apresentaram um crescimento de 6,8% ou R\$ 10,6 milhões (aumento de 5,6% ou R\$ 2,9 milhões no 3T16), totalizando R\$ 165,5 milhões (R\$ 54,9 milhões no 3T16).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>149,4</b>	<b>130,4</b>	<b>+ 14,6</b>	<b>431,3</b>	<b>449,2</b>	<b>- 4,0</b>
1.1 Compra de energia	138,4	111,4	+ 24,2	392,5	404,2	- 2,9
1.2 Transporte de potência elétrica	11,0	19,0	- 42,1	38,8	45,0	- 13,8
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>54,9</b>	<b>52,0</b>	<b>+ 5,6</b>	<b>165,5</b>	<b>154,9</b>	<b>+ 6,8</b>
2.1 PMSO	41,4	38,6	+ 7,3	120,5	114,4	+ 5,3
2.1.1 Pessoal	16,4	15,7	+ 4,5	49,1	47,6	+ 3,2
2.1.2 Fundo de pensão	4,1	3,5	+ 17,1	13,8	12,6	+ 9,5
2.1.3 Material	2,1	2,2	- 4,5	6,4	6,3	+ 1,6
2.1.4 Serviços de terceiros	13,4	13,1	+ 2,3	38,8	35,9	+ 8,1
2.1.5 Outras	5,4	4,1	+ 31,7	12,4	12,0	+ 3,3
✓ Multas e compensações	0,3	0,4	- 75,0	1,5	3,8	- 60,5
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,6	0,3	+ 100,0	1,5	0,9	+ 66,7
✓ Outros	4,5	3,4	+ 38,2	9,4	7,3	+ 28,8
2.2 Provisões/Reversões	(0,6)	-	-	1,1	1,6	- 31,3
2.2.1 Contingências	0,3	0,2	+ 50,0	0,7	(0,5)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	(0,9)	(0,2)	+ 350,0	0,4	2,1	- 81,0
<b>Subtotal (2.1 + 2.2)</b>	<b>40,8</b>	<b>38,6</b>	<b>+ 5,7</b>	<b>121,6</b>	<b>116,0</b>	<b>+ 4,8</b>
2.3 Depreciação e amortização	13,9	12,6	+ 10,3	41,5	37,5	+ 10,7
2.4 Outras despesas/receitas	0,2	0,8	- 75,0	2,4	1,4	+ 71,4
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2, s/ custos construção)</b>	<b>204,3</b>	<b>182,4</b>	<b>+ 12,0</b>	<b>596,8</b>	<b>604,1</b>	<b>- 1,2</b>
Custo de construção <sup>(*)</sup>	20,3	21,7	- 6,5	53,9	55,9	- 3,6
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2, c/ custos construção)</b>	<b>224,6</b>	<b>204,1</b>	<b>+ 10,0</b>	<b>650,7</b>	<b>660,0</b>	<b>- 1,4</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No terceiro trimestre de 2016, a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 9,0 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 33,9 milhões apurado no terceiro trimestre de 2015. A geração de caixa (EBITDA Ajustado) no terceiro trimestre de 2016 foi de R\$ 42,5 milhões, ante R\$ 58,3 milhões registrados no mesmo período de 2015.

No acumulado em nove meses de 2016 (9M16), a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 77,6 milhões, ante o prejuízo de R\$ 26,9 milhões registrados em igual período do ano passado. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 156,2 milhões em 9M16, contra os R\$ 144,5 milhões apurados em 9M15, um crescimento de 8,1%. Esse desempenho deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores: i) redução de 1,2% das despesas operacionais e ii) melhoria do resultado financeiro.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>9,0</b>	<b>(33,9)</b>	<b>-</b>	<b>77,6</b>	<b>(26,9)</b>	<b>-</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(4,7)	21,2	-	(40,0)	39,2	-
(-) Resultado financeiro	(10,1)	(95,9)	- 89,5	17,3	(161,3)	-
(-) Depreciação e amortização	(13,9)	(12,6)	+ 10,3	(41,5)	(37,5)	+ 10,7
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>37,7</b>	<b>53,4</b>	<b>- 29,4</b>	<b>141,8</b>	<b>132,7</b>	<b>+ 6,9</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	4,8	4,9	- 2,0	14,4	11,8	+ 22,0
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>42,5</b>	<b>58,3</b>	<b>- 27,1</b>	<b>156,2</b>	<b>144,5</b>	<b>+ 8,1</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	17,1	23,8	- 6,7	20,8	19,1	+ 1,7

## 2.5 Disponibilidades financeiras e endividamento

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) representou uma receita financeira líquida de R\$ 17,3 milhões em 9M16, ante R\$ 161,3 milhões de despesas financeiras líquidas em 9M15. Já no

terceiro trimestre de 2016, a Companhia registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 10,1 milhões, valor esse 89,5% menor em relação ao resultado financeiro registrado no mesmo trimestre do ano passado.

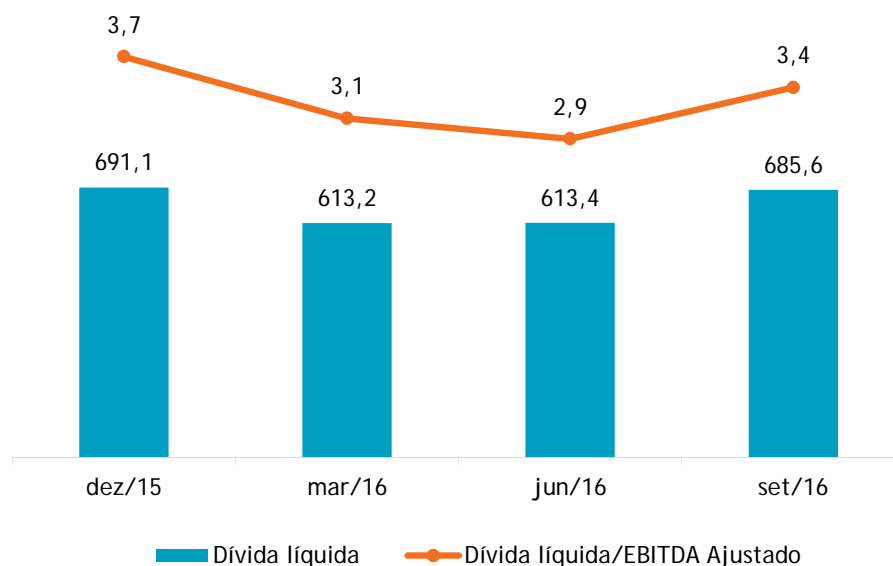
Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Sergipe totalizou R\$ 97,4 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Sergipe, que incluem empréstimos, financiamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 691,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 685,7 milhões em 30 de setembro de 2016, redução de 0,8%.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Sergipe entre 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/09/2016	30/06/2016	31/03/2016	31/12/2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>237,4</b>	<b>232,0</b>	<b>144,3</b>	<b>141,8</b>
Empréstimos e financiamentos	196,7	193,2	75,8	77,7
Debêntures	19,2	17,1	15,1	13,2
Encargos de dívidas	7,7	3,9	7,8	3,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	14,7	16,4	16,4	16,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(0,9)	1,4	29,2	31,1
<b>Longo Prazo</b>	<b>545,6</b>	<b>545,7</b>	<b>599,7</b>	<b>684,3</b>
Empréstimos e financiamentos	461,0	447,1	540,8	584,3
Debêntures	36,0	36,0	36,0	36,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	105,1	113,4	108,8	105,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(56,5)	(50,8)	(85,9)	(41,4)
<b>Total das dívidas</b>	<b>783,0</b>	<b>777,7</b>	<b>744,0</b>	<b>826,1</b>
(-) Disponibilidades financeiras	114,1	170,7	122,5	115,6
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>668,9</b>	<b>607,0</b>	<b>621,5</b>	<b>710,5</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	11,1	14,6	15,2	8,7
(-) Créditos CVA	(27,8)	(21,0)	(6,9)	10,7
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>685,6</b>	<b>613,4</b>	<b>613,2</b>	<b>691,1</b>
<b>Indicador relativo</b>				
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses	3,4	2,9	3,1	3,7

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses)

**Evolução da alavancagem**  
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



### 3 Mercado de energia

Nos primeiros nove meses de 2016 (9M16), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.284,3 GWh (732,3 GWh no terceiro trimestre de 2016), decréscimo de 4,2% (aumento de 1,0% em 3T16) em relação ao igual período do ano anterior. Importante destacar a melhoria das vendas de energia da Companhia no terceiro trimestre de 2016, haja vista que em todos os seis meses anteriores apresentaram retração de vendas.

A energia total distribuída em 9M16, que incluem as vendas de suprimento a concessionárias e energia não faturada, foi de 2.871,7 GWh, ante os 2.695,9 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>569,1</b>	<b>562,8</b>	<b>+ 1,1</b>	<b>1.802,3</b>	<b>1.837,1</b>	<b>- 1,9</b>
✓ Residencial	239,7	229,1	+ 4,6	765,6	755,6	+ 1,3
✓ Industrial	208,4	227,3	- 8,3	634,6	745,6	- 14,9
✓ Cativo	59,0	71,8	- 17,8	184,5	220,0	- 16,1
✓ Livre	149,4	155,5	- 3,9	450,1	525,6	- 14,4
✓ Comercial	131,8	128,7	+ 2,4	417,0	422,6	- 1,3
✓ Cativo	118,0	122,1	- 3,4	385,1	401,7	- 4,1
✓ Livre	13,8	6,6	+ 109,1	31,9	20,9	+ 52,6
✓ Rural	22,8	19,7	+ 15,7	79,5	80,3	- 1,0
✓ Outras Classes	129,6	120,1	+ 7,9	387,6	379,5	+ 2,1
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>163,2</b>	<b>162,0</b>	<b>+ 0,7</b>	<b>482,0</b>	<b>546,5</b>	<b>- 11,8</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>732,3</b>	<b>724,8</b>	<b>+ 1,0</b>	<b>2.284,3</b>	<b>2.383,6</b>	<b>- 4,2</b>
<b>4 Não faturado</b>	<b>(13,5)</b>	<b>(8,3)</b>	<b>+ 62,7</b>	<b>(18,8)</b>	<b>(42,8)</b>	<b>- 56,1</b>
<b>5 Suprimento de energia</b>	<b>212,1</b>	<b>135,6</b>	<b>+ 56,4</b>	<b>606,2</b>	<b>355,1</b>	<b>+ 70,7</b>
<b>6 Energia Total Distribuída (3+4+5)</b>	<b>930,9</b>	<b>852,1</b>	<b>+ 9,2</b>	<b>2.871,7</b>	<b>2.695,9</b>	<b>+ 6,5</b>

A Energisa Sergipe encerrou os primeiros nove meses de 2016 com 745.804 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,5% superior à registrada no fim de setembro de 2015. Já o número de consumidores livres totalizou 34 no fim de setembro de 2016.

#### Perdas de energia

Nos últimos doze meses encerrados em setembro de 2016, as perdas de energia da Energisa Sergipe foram as seguintes:

Perdas Técnicas (%)				Perdas Não-Técnicas (%)				Perdas Totais (%)			
set/15	jun/16	set/16	ANEEL	set/15	jun/16	set/16	ANEEL	set/15	jun/16	set/16	ANEEL
6,04	6,39	6,66	8,04	2,88	2,67	2,39	3,29	8,92	9,06	9,04	11,33

Perdas Técnicas (GWh)				Perdas Não-Técnicas (GWh)				Perdas Totais (GWh)			
set/15	jun/16	set/16	Var. (%) Set/16 vs. Jun/16	set/15	jun/16	set/16	Var. (%) Set/16 vs. Jun/16	set/15	jun/16	set/16	Var. (%) Set/16 vs. Jun/16
236,4	246,2	257,4	4,5	112,74	103,04	92,28	-10,4	349,12	349,29	349,68	0,1

#### 4 Investimentos

No 3T16, a Energisa Sergipe realizou investimentos no montante de R\$ 24,9 milhões, aumento de 3,7% em relação aos R\$ 24,0 milhões investidos no mesmo período do ano passado. Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 12,9 milhões, 51,8% do total. Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos provenientes de Obrigações Especiais totalizaram R\$ 8,4 milhões (33,7% do total), primordialmente atrelados ao programa de universalização (PLPT).

No acumulado em nove meses de 2016 (9M16), os investimentos totalizaram de R\$ 67,8 milhões, aumento de 16,8% sobre o valor investido em 9M15. Os investimentos realizados no trimestre e em 9M16 foram os seguintes:

Valores em R\$ milhões

Ativos Elétricos			Obrigações Especiais (*)			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
3T16	3T15	Var. %	3T16	3T15	Var. %	3T16	3T15	Var. %	3T16	3T15	Var. %
12,9	18,7	- 31,1	8,4	0,6	+ 1.227	3,6	4,7	- 22,4	24,9	24,0	+ 3,7

Ativos Elétricos			Obrigações Especiais (*)			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
42,6	44,8	- 4,8	18,2	1,8	+ 939,8	7,0	11,5	- 39,5	67,8	58,0	+ 16,8

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

#### 5 Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Sergipe aprovou as seguintes distribuições de dividendos intermediários, relativos ao exercício em curso:

- i) em reunião de 07 de julho, o valor de R\$ 60,3 milhões, à razão de R\$ 308,2599522 por ação ordinária. Estes dividendos foram pagos em 11 de julho; e
- ii) em reunião de 12 de agosto o montante de R\$ 7,8 milhões, equivalente a R\$ 40,03991074 por ação ordinárias. Estes dividendos serão pagos a partir do dia 15 de agosto.

#### 6 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe nos primeiros nove meses de 2016 foi de R\$ 405 mil, dos quais R\$ 341 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.



## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

**ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Em milhares de reais)

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	53.559	83.957
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	51.355	22.606
Consumidores e concessionárias	209.923	181.690
Estoques	1.483	998
Tributos a recuperar	63.993	49.385
Ativo financeiro setorial	40.887	17.552
Instrumentos financeiros derivativos	26.674	-
Outros créditos	41.464	38.957
<b>Total do circulante</b>	<b>489.338</b>	<b>395.145</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	9.163	9.047
Consumidores e concessionárias	11.193	9.209
Tributos a recuperar	9.490	11.799
Créditos tributários	86.925	127.580
Cauções e depósitos vinculados	38.598	36.487
Instrumentos financeiros derivativos	58.517	57.407
Ativo financeiro setorial	7.529	54.741
Contas a receber da concessão	305.737	274.526
Outros créditos	596	667
	<b>527.748</b>	<b>581.463</b>
Investimentos	366	366
Imobilizado	5.476	6.332
Intangível	513.173	526.209
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.046.763</b>	<b>1.114.370</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.536.101</b>	<b>1.509.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## 2. Balanço Patrimonial Passivo

**ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Em milhares de reais)

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	119.011	81.493
Encargos de dívidas	7.730	3.250
Empréstimos e financiamentos	196.673	77.749
Debêntures	19.210	13.238
Tributos e contribuições sociais	26.244	41.280
Parcelamento de impostos	-	126
Passivos financeiros setoriais	55.203	52.317
Obrigações estimadas	7.100	5.349
Encargos setoriais	12.816	27.825
Instrumentos financeiros derivativos	25.782	31.147
Benefícios a empregados	14.693	16.402
Outras contas a pagar	8.051	12.774
<b>Total do circulante</b>	<b>492.513</b>	<b>362.950</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	2.377	2.377
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	461.017	584.331
Debêntures	36.000	36.000
Tributos e contribuições sociais	30.626	23.539
Passivos financeiros setoriais	21.050	9.312
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	28.690	26.240
Encargos setoriais	7.205	3.870
Instrumentos financeiros derivativos	1.981	16.053
Benefícios a empregados	105.068	105.408
Outros	3.752	3.070
<b>Total do não circulante</b>	<b>697.766</b>	<b>810.200</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	382.898	382.898
Reservas de capital	3.330	3.330
Lucros/Prejuízos acumulados	19.299	9.842
Outros resultados abrangentes	(59.705)	(59.705)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>345.822</b>	<b>336.365</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.536.101</b>	<b>1.509.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 3. Demonstrações de Resultados

**ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015**  
 (Em milhares de reais)

	9M16	9M15
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	888.184	930.335
Suprimento de energia elétrica	125.995	58.104
Disponibilidade do sistema elétrico	38.385	34.427
Receita de construção	53.897	55.863
Outras receitas	21.517	1.141
	<b>1.127.978</b>	<b>1.079.870</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	199.682	206.137
PIS, Cofins e ISS	96.143	87.429
Taxa de fiscalização	1.032	1.064
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	126	(36.274)
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	79.805	66.507
	<b>376.788</b>	<b>324.863</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>751.190</b>	<b>755.007</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Pessoal	49.135	47.575
Fundo de Pensão	13.844	12.621
Material	6.408	6.290
Serviços de terceiros	38.795	35.878
Energia elétrica comprada para revenda	392.525	404.154
Transporte de potência elétrica	38.827	44.997
Depreciação e amortização (inclui ágio)	41.536	37.498
Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos	1.120	1.602
Custo de construção	53.897	55.863
Outras despesas	12.425	12.036
Outras despesas/receitas	2.422	1.371
	<b>650.934</b>	<b>659.885</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>100.256</b>	<b>95.122</b>
<b>Receita (Despesa) financeira</b>		
Receitas de aplicações financeiras	12.365	8.610
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	14.448	11.844
Outras receitas financeiras	28.540	43.446
Encargos de dívidas - juros	(31.114)	(33.515)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	84.271	(189.433)
(-) Transferência para ordens em curso	1.854	1.407
Marcação a mercado de derivativos	74.433	(48.891)
Instrumentos financeiros derivativos	(138.460)	84.491
Ajuste valor presente de ativos	909	213
Outras despesas financeiras	(29.941)	(39.444)
	<b>17.305</b>	<b>(161.272)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>117.561</b>	<b>(66.150)</b>
Contribuição social e imposto de renda	(40.008)	39.219
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>77.553</b>	<b>(26.931)</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital social - R\$</b>	<b>396,67</b>	<b>(137,75)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas

---

### **Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A** **Notas explicativas às informações trimestrais** **período findo em 30 de setembro de 2016** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### **1 Contexto Operacional**

---

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa SE”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 745.821 consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997 com a ANEEL, o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, por 30 anos, com vencimento em 23 de dezembro de 2027.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários periódicos, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 22, respectivamente.

#### **2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)**

---

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 11 de novembro de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto a adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.

#### 3.2 Reapresentações de períodos anteriores

A Administração da Companhia decidiu pela reapresentação das informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015 e o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, para reconhecer a receita financeira de ganhos de operações com derivativos os montantes de R\$5.489 e R\$10.932 respectivamente, já líquido de tributos.

A seguir é apresentada uma reconciliação das informações financeiras intermediárias correspondentes da Companhia:

Balanço Patrimonial	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
<b>Ativo Total</b>	1.492.951	16.564	1.509.515
Ativo circulante	378.581	16.564	395.145
Tributos a Recuperar	32.821	16.564	49.385
Tributos Correntes a Recuperar	32.821	16.564	49.385
<b>Passivo Total</b>	1.492.951	16.564	1.509.515
Passivo Circulante	357.318	5.632	362.950
Outras Obrigações	184.838	5.632	190.470
Outros	184.838	5.632	190.470
Tributos e Contribuições Sociais	35.648	5.632	41.280
Patrimônio Líquido	325.433	10.932	336.365
Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.090)	10.932	9.842

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/ DMPL	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Lucros/Prejuízos acumulados	(37.863)	10.932	(26.931)
Patrimônio líquido	308.210	10.932	319.142

Demonstração do Resultado - Trimestre	Divulgado 01/07/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/07/2015 a 30/09/2015
Instrumentos financeiros derivativos	42.049	8.247	50.296
Imposto de Renda e contribuição Social sobre o Lucro	24.004	(2.804)	21.200
Resultado líquido das operações continuadas	(39.367)	5.468	(33.899)

Demonstração do Resultado - Acumulado	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Instrumentos financeiros derivativos	67.927	16.564	84.491
Imposto de Renda e contribuição Social sobre o Lucro	44.851	(5.632)	39.219
Resultado líquido das operações continuadas	(37.863)	10.932	(26.931)

Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro Líquido do Período	(37.863)	10.932	(26.931)
Resultado abrangente do período	(37.863)	10.932	(26.931)

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Federais	66.782	5.632	72.414
Juros	243.143	(16.564)	226.579
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	(37.863)	10.932	(26.931)

Demonstração do fluxo de caixa- método indireto	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Caixa líquido das atividades operacionais	147.509	-	147.509
Lucro líquido antes dos impostos	(82.714)	82.714	-
Lucro líquido do período	-	(26.931)	(26.931)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(39.219)	(39.219)
Instrumentos financeiros derivativos	(67.927)	(16.564)	(84.491)

#### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras intermediárias.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

##### 5.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	7.831	4.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	45.728	79.918
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16.938	19.106
Compromissada <sup>(1)</sup>	28.790	60.812
Total de caixa e equivalentes de caixa <sup>(2)</sup> - circulante	53.559	83.957

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2016 equivale a 101,94% do CDI (103,93% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas a 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

## 5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>59.131</b>	<b>30.493</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.750	8.785
Compromissada <sup>(1)</sup>	281	180
Fundos de Investimentos <sup>(2)</sup>	690	1.352
Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(3)</sup>	49.340	20.104
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.377	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	454	3.788
Debêntures	6.520	6.955
Compromissadas	413	846
Títulos Públicos	8.869	-
Fundo de Renda Fixa	26.185	8.515
Letra financeira (LF)	5.163	-
Nota promissória	359	-
Outros instrumentos	70	72
<b>Mantidas até o vencimento</b>	<b>1.387</b>	<b>1.160</b>
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (FIDC) <sup>(4)</sup>	1.387	1.160
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(5)</sup></b>	<b>60.518</b>	<b>31.653</b>
Circulante	51.355	22.606
Não Circulante	9.163	9.047

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 70% a 96% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo banco.
- (2) Fundo de investimentos - É classificado como renda fixa e é remunerado a 68,40% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF e NTN-B, e são remuneradas de 101,32% até 117,82% do CDI.
- (4) Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020.
- (5) Inclui R\$11.179 (R\$11.390 em 31 de dezembro de 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2016 equivale a 110,88% do CDI (103,93% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

## 6. Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25.

	SalDOS a vencer		SalDOS vencidos				Provisão para créditos de liquidação duvidosa <sup>(5)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/09/2016	31/12/2015
<b>Valores correntes: <sup>(1)</sup></b>									
Residencial	18.497	-	21.439	2.968	56	5	(3.029)	39.936	45.427
Industrial	11.488	-	976	631	964	158	(158)	14.059	15.488
Comercial	26.466	-	4.637	747	165	34	(199)	31.850	35.577
Rural	1.707	-	1.452	1.100	1.426	-	-	5.685	5.566
Poder público	5.277	-	1.671	10	5	1	(1)	6.963	7.488
Iluminação pública	3.694	-	1.138	255	309	-	-	5.396	4.741
Serviço público	4.761	-	83	-	-	-	-	4.844	5.599
Fornecimento não faturado	17.026	-	-	-	-	-	-	17.026	27.568
Arrecadação Processo Classificação	8.317	-	-	-	-	-	-	8.317	11.104
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	1.074	1.742	675	258	389	4.753	(5.832)	3.059	2.979
Industrial	795	434	81	21	278	1.302	(1.640)	1.271	1.319
Comercial	2.461	8.331	638	112	127	1.604	(1.992)	11.281	9.282
Rural	57	134	39	8	10	55	(86)	217	121
Poder público	915	993	256	-	-	-	-	2.164	3.580
Iluminação pública	142	194	132	184	59	-	(368)	343	748
Serviço público	88	35	18	-	-	-	-	141	788
(-) Ajuste valor Presente <sup>(3)</sup>	(128)	(2.199)	-	-	-	-	-	(2.327)	(3.236)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>102.637</b>	<b>9.664</b>	<b>33.235</b>	<b>6.294</b>	<b>3.788</b>	<b>7.912</b>	<b>(13.305)</b>	<b>150.225</b>	<b>174.139</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(2)</sup>	9.137	-	5.021	21.577	20.259	14.522	(191)	70.325	12.943
Outros <sup>(4)</sup>	2.126	-	-	-	-	-	(1.560)	566	3.817
<b>Total</b>	<b>113.900</b>	<b>9.664</b>	<b>38.256</b>	<b>27.871</b>	<b>24.047</b>	<b>22.434</b>	<b>(15.056)</b>	<b>221.116</b>	<b>190.899</b>
Circulante								209.923	181.690
Não Circulante								11.193	9.209

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional em 30 de setembro de 2016, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$69.833 (R\$14.215 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$35.765 (R\$3.231 em 31 de dezembro de 2015) referente à aquisição de energia na CCEE e aos encargos de serviços do sistema de R\$17.276 (R\$20.582 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2016	31/12/2015
Créditos a vencer	9.137	6.556
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 <sup>(a)</sup>	6.387	6.387
Créditos vencidos <sup>(b)</sup>	54.309	1.272
<b>Sub-total créditos CCEE (*)</b>	<b>69.833</b>	<b>14.215</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(35.765)	(3.231)
(-) Encargos de serviços no sistema	(17.276)	(20.582)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>16.792</b>	<b>(9.598)</b>



(\*) O sub-total de R\$69.833 (R\$14.215 em 31 de dezembro de 2015) não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$191 (R\$1.272 em 31 de dezembro de 2015)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (b) Créditos vencidos:

AES SUL - R\$7.452

Foi ajuizada ações de cobrança contra os credores que não liquidaram a aquisição de energia na CCEE e no MAE, desde 2002 para os quais constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 12 de outubro de 2016 transitou em julgado a decisão em ação monitória movida pela Energisa Minas Gerais (que representava as demais empresas do Grupo Energisa) contra a AES SUL, que depositou em juízo o valor da condenação, e motivou o reconhecimento do ativo a receber devidamente atualizado, bem como da reversão de parte da provisão.

Em 30 de setembro de 2016, foi contabilizado na rubrica de outras receitas financeiras, atualização monetária do contas a receber da AES SUL em R\$6.180 e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.081.

CCEE - R\$46.857

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui valores a receber junto a CCEE referente ao período de fevereiro a julho de 2016, devidamente atualizados monetariamente, cujo repasse ainda não foi realizado pela CCEE.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, 14,13% a.a. (14,14% em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante;
- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores;
- (5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos clientes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida no período/exercício:

Movimentação das provisões	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial - 31/12/2015 e 31/12/2014	14.635	12.490
Provisões constituídas no período/exercício	10.719	2.739
Reversão de provisões no período/exercício	(10.298)	(594)
<b>Saldo final - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>15.056</b>	<b>14.635</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	15.056	14.635

## 7. Tributos a recuperar

	30/09/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(a)</sup>	10.650	11.313
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF <sup>(b)</sup>	4.619	2.583
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ <sup>(c)</sup>	39.044	32.016
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL <sup>(c)</sup>	6.594	4.876
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(d)</sup>	12.197	10.367
Outros	379	29
<b>Total</b>	<b>73.483</b>	<b>61.184</b>
Circulante	63.993	49.385
Não circulante	9.490	11.799

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldo negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 27 meses e créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a despesas de depreciação de máquinas e equipamentos do ativo intangível, ambos compensáveis com os débitos desses tributos, incidentes sobre fornecimento de energia elétrica, bem como os efeitos relativos ao diferimento de PIS e COFINS sobre o fornecimento ao Poder Público e CVA.

## 8. Revisão e reajuste tarifário periódico

### 8.1 Reajuste tarifário anual:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.062 de 19 de abril de 2016, que aprovou o reajuste médio de 5,24%, a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2016.

### 8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 8,0%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

### 8.3 Revisão tarifária periódica:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

#### 8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

## 9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

---

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Saldo em 30/09/2016
		Adição	Amortização		
<b>Itens da Parcela A (i)</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	61.654	23.862	(52.769)	4.573	37.320
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(53)	1.901	(809)	53	1.092
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.298	(2.664)	(2.715)	(20)	(2.101)
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(10.242)	(11.554)	9.920	(2.308)	(14.184)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.902	3.681	(5.274)	968	4.277
<b>Componentes financeiros</b>					
Neutralidade da Parcela A (iv)	(1.509)	2.977	763	(79)	2.152
Sobrecontratação de energia (ii)	(49.825)	7.688	23.468	(1.598)	(20.267)
Exposição de submercados	1.086	(16.011)	(481)	(982)	(16.388)
Garantias Financeiras (v)	583	299	(381)	57	558
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	86	(25.604)	11.223	-	(14.295)
Outros itens financeiros (vii)	684	(9.545)	4.063	(1.203)	(6.001)
<b>Total Ativo e Passivo</b>	<b>10.664</b>	<b>(24.970)</b>	<b>(12.992)</b>	<b>(539)</b>	<b>(27.837)</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>17.552</b>				<b>40.887</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>54.741</b>				<b>7.529</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>(52.317)</b>				<b>(55.203)</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(9.312)</b>				<b>(21.050)</b>

**(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

**(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia**

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.

Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

**(iv) Neutralidade da Parcela A**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(v) Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

**(vii) Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

**10. Outros Créditos**

	30/09/2016	31/12/2015
Baixa renda <sup>(1)</sup>	5.854	5.331
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	6.623	17.597
Ordens de serviço em curso - outros	1.204	1.114
Adiantamentos	12.648	2.202
Subvenção CDE - desconto tarifário <sup>(2)</sup>	5.196	3.334
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	3.070	892
Despesas pagas antecipadamente	4.060	5.492
Outros	3.405	3.662
<b>Total</b>	<b>42.060</b>	<b>39.624</b>
Circulante	41.464	38.957
Não circulante	596	667

- (1) Baixa renda - Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial (circulante) - 31/12/2015 e 31/12/2014	5.331	7.908
Subvenção Baixa Renda	26.277	32.069
Ressarcimento pela Eletrobrás	(25.754)	(34.646)
<b>Saldo final (circulante) - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>5.854</b>	<b>5.331</b>

- (2) Subvenção CDE - desconto tarifário: Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo em aberto corresponde à subvenção incorrida nos meses de agosto e setembro de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensando no quarto trimestre de 2016.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial (circulante) - 31/12/2015 e 31/12/2014	3.334	14.832
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	29.357	27.479
Ressarcimento pela Eletrobrás	(27.489)	(39.844)
Atualização monetária	(6)	867
<b>Saldo final (circulante) - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>5.196</b>	<b>3.334</b>

## 11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) <sup>(1)</sup>	Comissão aval (Despesa financeira) <sup>(2)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	12.135	7.008	1.367
30/09/2016	12.135	7.008	1.367
30/09/2015	10.943	7.552	1.148
31/12/2015	14.802	10.038	1.148

(1) Os serviços contratados junto a Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

(2) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$777 (R\$732 em 30 de setembro de 2015) e da Diretoria foi de R\$1.804 (R\$1.452 em 30 de setembro de 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$232 (R\$239 em 30 de setembro de 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$423 (R\$400 em 30 de setembro de 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de setembro, foram de R\$47 e R\$4 (R\$44 e R\$2 em 30 de setembro de 2015), respectivamente. A remuneração média em 30 de setembro de 2016 foi de R\$16 (R\$15 em 30 de setembro de 2015).

Na AGO de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$6.010 (R\$5.463 para o exercício de 2015).

## 12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição sociais, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.



Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	1.502	-
Base negativa da Contribuição Social s/ o Lucro	541	-
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	90.580	108.379
Contribuição social sobre o lucro líquido	32.608	39.016
<b>Total</b>	<b>125.231</b>	<b>147.395</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	28.166	14.570
Contribuição social	10.140	5.245
<b>Total</b>	<b>38.306</b>	<b>19.815</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>86.925</b>	<b>127.580</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/09/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	6.010	1.502	-	-
Base negativa da Contribuição Social s/ o Lucro	6.011	541	-	-
Provisão ajuste atuarial	132.831	45.163	121.810	41.416
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	28.690	9.755	26.240	8.922
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	15.056	5.119	14.635	4.976
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	11.631	3.955	12.198	4.147
Variações cambiais passivas	148.540	50.504	235.364	80.024
Ajustes a valor presente	2.327	791	3.236	1.100
Ativos financeiros setoriais (CVA´s)	27.837	9.464	12.567	4.273
Outras adições (exclusões) temporárias	(8.458)	(2.875)	7.463	2.537
Marcação a mercado - derivativo	(57.428)	(19.526)	(10.207)	(3.471)
Marcação a mercado da dívida	4.521	1.537	(3.916)	(1.331)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(55.896)	(19.005)	(44.157)	(15.013)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>261.672</b>	<b>86.925</b>	<b>375.233</b>	<b>127.580</b>

As realizações dos impostos diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de Créditos fiscais
2016	1.860
2017	13.936
2018	23.501
2019	13.220
2020	17.178
2021 a 2025	17.230
<b>Total</b>	<b>86.925</b>



Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	13.732	117.561	(55.099)	(66.150)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(4.669)	(39.971)	18.734	22.491
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)			2.414	16.176
Outros	(26)	(37)	52	552
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(4.695)</b>	<b>(40.008)</b>	<b>21.200</b>	<b>39.219</b>
Alíquota efetiva	34,19%	34,03%	-	-

(\*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 30 de setembro de 2015 no montante de R\$16.176, registrado diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07. Não foi apurado base de cálculo de lucro de exploração em 30 de setembro de 2016.

Em dezembro de 2012 obtive aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04 de março de 2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

### 13. Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 30 de setembro de 2016, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$11.945 (R\$9.690 em 30 de setembro de 2015), incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	30/09/2016	31/12/2015
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2015 e 31/12/2014	274.526	228.574
Adições no período/exercício (*)	20.129	30.440
Baixas no período/ exercício	(863)	(1.265)
Ativo financeiro custo histórico	293.792	257.749
Atualização do contas a receber da concessão - VNR (**)	11.945	16.777
Ativo financeiro custo corrigido - 30/09/2016 e 31/12/2015	<u>305.737</u>	<u>274.526</u>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(\*\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

## 14. Intangível e Imobilizado

	30/09/2016	31/12/2015
Intangível - Contrato de concessão	255.029	250.854
Direito de concessão	258.144	275.355
Imobilizado	5.476	6.332
Total	<u>518.649</u>	<u>532.541</u>

### a) Intangível - Contrato de concessão:

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2016
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	787.596	-	24.460	(3.857)	-	808.199
Amortização Acumulada	(387.607)	-	-	2.180	(30.901)	(416.328)
<b>Subtotal</b>	<b>399.989</b>	<b>-</b>	<b>24.460</b>	<b>(1.677)</b>	<b>(30.901)</b>	<b>391.871</b>
Em Curso (*)	29.114	67.679	(24.460)	(25.341)	-	46.992
<b>Total Intangível</b>	<b>429.103</b>	<b>67.679</b>	<b>-</b>	<b>(27.018)</b>	<b>(30.901)</b>	<b>438.863</b>
<b>(-) Obrigações Vinculadas a concessão</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	176.169	-	4.789	-	-	180.958
Amortização Acumulada	(59.267)	-	-	-	(7.415)	(66.682)
<b>Subtotal</b>	<b>116.902</b>	<b>-</b>	<b>4.789</b>	<b>-</b>	<b>(7.415)</b>	<b>114.276</b>
Em Curso	61.347	18.212	(4.789)	(5.212)	-	69.558
<b>Total das Obrigações Vinculadas a concessão</b>	<b>178.249</b>	<b>18.212</b>	<b>-</b>	<b>(5.212)</b>	<b>(7.415)</b>	<b>183.834</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>250.854</b>	<b>49.467</b>	<b>-</b>	<b>(21.806)</b>	<b>(23.486)</b>	<b>255.029</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	12.311	-	-	-	-	12.311
Veículos	67	-	100	-	-	167
Móveis e utensílios	7.420	-	-	-	-	7.420
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>19.817</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.917</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Software	(15)	-	-	-	(1)	(16)
Máquinas e equipamentos	(8.358)	-	-	-	(761)	(9.119)
Veículos	(55)	-	-	-	(12)	(67)
Móveis e utensílios	(5.057)	-	-	-	(182)	(5.239)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(13.485)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(956)</b>	<b>(14.441)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>6.332</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>(956)</b>	<b>5.476</b>
Imobilizado em curso	-	100	(100)	-	-	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>6.332</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(956)</b>	<b>5.476</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>	<b>257.186</b>	<b>49.567</b>	<b>-</b>	<b>(21.806)</b>	<b>(24.442)</b>	<b>260.505</b>

(\*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de setembro de 2016 de R\$21.806, R\$20.129 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$1.677 referem-se a baixas operacionais realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de setembro de 2016 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,25 % (4,22% em 31 de dezembro de 2015).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em abril de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas, a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	111.081	96.648
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	130.921	130.921
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	43.094	43.094
Reserva para reversão <sup>(3)</sup>	302	301
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	14.710	10.931
( - ) Amortização acumulada	(66.682)	(59.267)
<b>Total</b>	<b>233.426</b>	<b>222.628</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	49.592	44.379
Infraestrutura - Intangível em serviço	114.276	116.902
Infraestrutura - Intangível em curso	54.848	50.416
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	14.710	10.931
<b>Total</b>	<b>233.426</b>	<b>222.628</b>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais.

Até 30 de setembro de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$15.980 (R\$10.931 em 31 de dezembro de 2015), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

**Imobilizado:**

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/09/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	16,40%	15,93%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

**b) Direito de concessão**

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, de acordo com o IAS 16, a Companhia passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 30 de setembro de 2016, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	30/09/2016	Redução do imposto de renda e contribuição social
2016 e 2017	28.679	9.751
2018 e 2019	45.893	15.603
2020 e 2021	45.893	15.603
2022 e 2023	45.893	15.603
2024 e 2025	45.893	15.603
2026 em diante	45.893	15.603
<b>Total</b>	<b>258.144</b>	<b>87.766</b>

A movimentação está apresentada a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial - 31/12/2015 e 31/12/2014	275.355	295.055
Amortização no período/ exercício	(17.211)	(19.700)
<b>Saldo final - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>258.144</b>	<b>275.355</b>

**15. Fornecedores**

	30/09/2016	31/12/2015
Suprimento:		
CCEE	35.765	3.231
Contratos Bilaterais <sup>(1)</sup>	52.423	44.142
Encargo do serviço de sistema <sup>(1)</sup>	17.276	20.582
Conexão à rede <sup>(1)</sup>	633	291
Uso do sistema de distribuição (CUSD) <sup>(1)</sup>	1.614	2.474
Materiais, serviços e outros <sup>(2)</sup>	13.677	13.150
<b>Total</b>	<b>121.388</b>	<b>83.870</b>
Circulante	119.011	81.493
Não Circulante	2.377	2.377

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

**16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	30/09/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	188.727	188.009
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	465.225	478.515
Encargos de dívidas - moeda nacional	2.888	825
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	4.842	2.425
(-) Custos a amortizar	(783)	(528)
(-) Marcação a mercado de dívidas	4.521	(3.916)
<b>Total</b>	<b>665.420</b>	<b>665.330</b>
Circulante	204.403	80.999
Não Circulante	461.017	584.331

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicid ade Amortiza ção	Taxa efetiva de juros <sup>(6)</sup>	Garan tias <sup>(1)</sup>
	30/09/2016	31/12/2015					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	15.175	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	9.437	10.305	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	3,73%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	-	452	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	3,73%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB <sup>(5)</sup>	2.336	4.358	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	6,16%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB <sup>(5)</sup>	1.842	3.460	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	8,56%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB <sup>(5)</sup>	9.856	12.297	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	6,24%	F + E
Repasso BNDES I - ABC	15.105	19.033	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	7,22% a 8,63%	A
Repasso BNDES II - ABC	1.674	2.132	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev/23	Mensal	11,59% a 12,32%	A
Repasso BNDES - Citibank <sup>(3)</sup>	15.463	15.250	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53% a 8,75%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	4.135	4.078	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53% a 8,75%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	3.150	3.107	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53% a 8,75%	A
Repasso BNDES - Citibank <sup>(3)</sup>	12.342	11.154	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	3.300	2.982	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	2.514	2.272	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
Repasso BNDES FINEM - Itaú <sup>(4)</sup>	11.483	13.817	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	7,74% a 8,48%	A
FINAME - Itaú BBA	17.086	18.902	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	1,87% a 6,46%	A
Nota Promissória - ABC	-	50.060	CDI + 2,00% a.a.	jun/16	Final	11,92%	A
Nota Promissória - ABC	52.104	-	CDI + 2,55% a.a.	dez/16	Final	12,33%	A
Empréstimo CEF	1.054	-	6,0% a.a.	dez/26	Mensal	4,47%	F
Parcelamento INERGUS	13.559	-	5,50% a.a.	dez/39	Mensal	9,44%	F
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(783)	(528)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>190.832</b>	<b>188.306</b>					
Resolução 4131 - Santander <sup>(1)</sup>	9.620	-	3,65% a.a. (Pré)	dez/16	Anual	-14,14%	A
Resolução 4131 - Itaú BBA <sup>(1)</sup>	187.602	197.530	3,49% a 4,53% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	14,26% a 13,49%	A
Resolução 4131 - Citibank <sup>(1 e 4)</sup>	272.845	283.410	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	abr/18	Final	14,91% a 14,61%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	4.521	(3.916)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira <sup>(6)</sup></b>	<b>474.588</b>	<b>477.024</b>					
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>665.420</b>	<b>665.330</b>					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F= Recebíveis.

- (\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$9.163 (R\$9.047 em 31 de dezembro de 2015), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.
- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 25).
- (3) A controladora Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$50.017, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$38.806, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) Considera Bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-16,87%	47,01%
TJLP	5,57%	7,00%
SELIC	10,44%	13,32%
CDI	10,42%	13,24%
LIBOR	0,64%	0,29%
IPC-FIPE	5,34%	-

Em 30 de setembro de 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	30/09/2016
2017	6.587
2018	341.127
2019	68.910
2020	18.218
Após 2020	26.175
<b>Total</b>	<b>461.017</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	665.330	546.732
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	138.230	210.602
Custos Apropriados	(356)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(59.129)	217.104
Marcação a Mercado das Dívidas	8.438	(3.916)
Pagamento de principal	(66.364)	(268.555)
Pagamento de juros	(20.729)	(36.637)
Saldos em 30/09/2016 e 31/12/2015	<u>665.420</u>	<u>665.330</u>
Circulante	204.403	80.999
Não circulante	461.017	584.331

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	30/09/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	6	25	74	105
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	8	15	-	23
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	6	13	-	19
Banco ABC - repasse BNDES	5	18	25	48
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	14	56	93	163
Banco Itaú BBA - BNDES	21	82	322	425
<b>Total</b>	<u>60</u>	<u>209</u>	<u>514</u>	<u>783</u>

## 17. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debentures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Debentures - moeda nacional	55.210	49.238
<b>Total</b>	<u>55.210</u>	<u>49.238</u>
Circulante	19.210	13.238
Não Circulante	36.000	36.000

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	30/09/2016	31/12/2015						
3ª Emissão	55.210	49.238	30/10/13	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	12,04%
<b>Total</b>	<u>55.210</u>	<u>49.238</u>						

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2016 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2016
2017	12.000
2018	12.000
2019	12.000
<b>Total</b>	<u>36.000</u>



Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	49.238	68.746
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial.	5.972	9.850
Pagamento de principal	-	(12.000)
Pagamento de juros	-	(17.358)
<b>Saldos finais - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>55.210</b>	<b>49.238</b>
Circulante	19.210	13.238
Não circulante	36.000	36.000

## 18. Tributos e contribuições sociais

	30/09/2016	31/12/2015
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	20.298	23.815
Encargos sociais	1.739	1.529
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	21.971	22.417
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	8.106	6.625
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.665	9.192
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	632	674
Imposto sobre Serviços - ISS	184	166
Outros	275	401
<b>Total</b>	<b>56.870</b>	<b>64.819</b>
Circulante	26.244	41.280
Não circulante	30.626	23.539

## 19. Encargos setoriais

	30/09/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.112	9.175
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	310	518
Ministério de Minas e Energia - MME	156	295
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (*)	6.161	4.895
Programa de Eficiência Energética - PEE (*)	5.282	16.812
<b>Total</b>	<b>20.021</b>	<b>31.695</b>
Circulante	12.816	27.825
Não circulante	7.205	3.870

(\*) Valores atualizados pela variação da taxa SELIC.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são transferidos contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2014 e 31/12/2015	18.746	7.494	26.240	21.462
Provisão para riscos	4.062	2.342	6.404	10.129
Reversões de provisões	(425)	(468)	(893)	(687)
Pagamentos	(3.328)	(1.484)	(4.812)	(6.850)
Atualização monetária	1.234	517	1.751	2.186
<b>Saldos finais - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>20.289</b>	<b>8.401</b>	<b>28.690</b>	<b>26.240</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)			(21.992)	(20.850)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$38.598 (R\$36.487 em 31 de dezembro de 2015). Desse total, R\$16.606 (R\$15.637 em 31 de dezembro 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

### Perdas prováveis

#### Trabalhistas:

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, incorporação da Participação nos Lucros, indenizações decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional, complementação de adicional de periculosidade, adicional de credenciamento, divisor de 200, FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias.

No período findo em 30 de setembro de 2016, foram efetuados R\$4.062 de novas provisões e reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$425. O incremento de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo responsabilidade subsidiária para receber adicional de periculosidade, horas extras e seus reflexos e salários. Ao mesmo tempo, foram liquidados no período cerca de R\$3.328, referente ações trabalhistas.

#### Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos/queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

No período findo em 30 de setembro de 2016, foram registradas cerca de R\$2.342 de novas provisões e R\$468, que refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo reparação de danos materiais e morais. No período foram liquidados no período cerca de R\$1.484, referente ações cíveis.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, em um montante total de R\$254.856 (R\$305.446 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

A redução refere-se, basicamente, a alteração de prognóstico, alteração de provisão e encerramento de processos existentes na base de ativos, conforme será detalhado adiante.

#### Trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, no montante de R\$17.646 (R\$21.687 em 31 de dezembro de 2015), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

A redução no período ocorreu em função de movimentação relacionada a encerramento de processos e alteração de prognóstico.

#### Cíveis:

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$41.532 (R\$49.058 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como de ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução no período ocorreu principalmente em função do arquivamento de 254 processos (impacto de R\$3.884), acrescido das reduções provocadas por alterações de prognóstico.

#### Principal processo:

Ação cível coletiva, no montante de R\$8.732, por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da Companhia.

#### Fiscais

As ações de natureza fiscais, administrativas e tributárias, na condição de réu, no montante R\$195.678 (R\$234.701 em 31 de dezembro de 2015), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras. A variação no período ocorreu em função da atualização monetária.

A redução no período ocorreu principalmente em função do encerramento de processo fiscal, onde se discutia IRPJ/CSLL, com valor envolvido de R\$68.082, associado à movimentação normal do período.

#### Principal processo:

Auto de infração com montante envolvido de R\$153.673, pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

## 21. Patrimônio Líquido

---

### 21.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$382.898 (R\$382.898 em 31 de dezembro de 2015) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 21.2. Dividendos

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 07 de julho de 2016, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de abril de 2016, no montante de R\$60.268, equivalentes a R\$308,2599522 por ação ordinária do capital social, já tendo sido integralmente quitado em 12 de julho de 2016.

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de agosto de 2016, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de junho de 2016, no montante de R\$7.828, equivalentes a R\$40,03991074 por ação ordinária do capital social, já tendo sido integralmente quitado em 15 de agosto de 2016.

## 22. Receita operacional

	30/09/2016				30/09/2015			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	672.746	765.559	132.411	440.188	655.944	755.599	147.042	439.603
Industrial	2.434	184.540	25.068	81.763	2.527	219.980	36.795	102.202
Comercial	42.811	385.100	67.652	226.543	42.333	401.706	81.962	241.189
Rural	20.104	79.519	6.896	24.560	19.046	80.350	7.272	24.427
Poder Público	5.560	103.061	15.259	49.362	5.515	101.616	16.273	49.505
Iluminação Pública	770	129.470	11.095	33.113	736	119.276	12.452	33.309
Serviço Público	1.280	151.447	14.055	43.197	1.244	156.559	16.113	46.243
Consumo Próprio	99	3.633	-	-	94	2.055	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>745.804</b>	<b>1.802.329</b>	<b>272.436</b>	<b>898.726</b>	<b>727.439</b>	<b>1.837.141</b>	<b>317.909</b>	<b>936.478</b>
Suprimento	-	606.181	51.061	125.995	2	355.147	24.290	58.104
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(18.800)	(6.738)	(10.542)	-	(42.798)	(4.729)	(6.143)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	34	-	13.068	38.385	17	-	11.597	34.427
Receita de construção <sup>(1)</sup>	-	-	20.336	53.897	-	-	21.748	55.863
Outras Receitas Operacionais	-	-	2.647	7.624	-	-	2.718	7.686
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(208)	(1.271)	-	-	(215)	(1.746)
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(823)	(2.508)	-	-	(818)	(1.752)
Constituição e Amortiz. CVA Ativa e Passiva <sup>(2)</sup>	-	-	(1.831)	(37.962)	-	-	(13.375)	(51.311)
Subvenção vinculadas ao serviço concedido	-	-	16.037	55.634	-	-	12.475	48.264
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>745.838</b>	<b>2.389.710</b>	<b>365.985</b>	<b>1.127.978</b>	<b>727.458</b>	<b>2.149.490</b>	<b>371.600</b>	<b>1.079.870</b>
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	60.040	199.682	-	-	68.754	206.137
PIS	-	-	5.400	17.099	-	-	5.248	15.558
COFINS	-	-	24.872	78.762	-	-	24.174	71.661
ISS	-	-	97	282	-	-	70	210
Deduções Bandeiras Tarifárias <sup>(3)</sup>	-	-	100	126	-	-	(2.113)	(36.274)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.141	3.486	-	-	963	2.911
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	24.240	72.833	-	-	27.527	60.685
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.141	3.486	-	-	963	2.911
Taxa de Fiscaliz. dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	356	1.032	-	-	1.064	1.064
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.387</b>	<b>376.788</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126.650</b>	<b>324.863</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>745.838</b>	<b>2.389.710</b>	<b>248.598</b>	<b>751.190</b>	<b>727.458</b>	<b>2.149.490</b>	<b>244.950</b>	<b>755.007</b>

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período de 30 de setembro de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 30 de setembro de 2016, foram de R\$20.680 (R\$80.680 em 30 de setembro de 2015), tendo sido repassados a CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias o montante de R\$126 e recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$36.274 em 30 de setembro de 2015. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia no 2º semestre de 2016 foi de R\$20.554 (R\$80.654 em 30 de setembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2015, o "reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária" foi originalmente registrado na demonstração do resultado na rubrica "energia elétrica comprada para revenda". Para fins de comparabilidade, a Companhia reclassificou o montante de R\$86.333 para a rubrica "Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT".

Para os meses de janeiro a agosto de 2016 e 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/09/2016	30/09/2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (nº 583 de 4 de março de 2015)	1	936
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (nº 829 de 30 de março de 2015)	(8)	4.259
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016 (nº 1.356 de 4 de maio de 2015)	-	5.508
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016 (nº 1.743 de 29 de maio de 2015)	-	7.274
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(19)	11.133
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	(14)	7.357
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(21)	5.091
Agosto	Nº 6.626 de 30 de setembro de 2016 (nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(46)	2.342
Setembro	Valor a ser homologado (Valor a ser homologado)	(19)	(7.626)
<b>Total</b>		<b>(126)</b>	<b>36.274</b>

## 23. Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH <sup>(2)</sup>		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2016	30/09/2015	01/07/2016	01/01/2016	01/07/2015	01/01/2015
			a 30/09/2016	a 30/09/2016	a 30/09/2015	a 30/09/2015
Energia de leilão	1.489.779	1.289.027	89.777	265.827	83.731	264.697
Energia bilateral	96.747	96.155	6.028	19.381	8.237	24.285
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	82.625	84.522	5.547	16.696	4.715	13.725
Energia de curto prazo - CCEE	-	87.054	23.393	52.169	6.766	107.578
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	996.537	860.286	22.305	59.978	11.276	28.610
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	49.660	48.688	5.063	15.189	3.626	10.878
Ressarcimento pela exposição térmica <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	(25.958)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(13.683)	(36.715)	(6.987)	(19.661)
<b>Total</b>	<b>2.715.348</b>	<b>2.465.732</b>	<b>138.430</b>	<b>392.525</b>	<b>111.364</b>	<b>404.154</b>

- (1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.958

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

- (2) Não revisado pelos auditores independentes.  
 (3) Contempla valor da REN 1585/2013

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio anual	
			30/09/2016	31/12/2015
Riscos Operacionais	23/10/2016	38.000	117	117
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	178	178
Frota - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até 360 /veículo	99	99
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	54.944	154	154
			<b>548</b>	<b>548</b>

### Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.



## 25. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	53.559	53.559	83.957	83.957
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	60.518	60.518	31.653	31.653
Consumidores e concessionárias	2	221.116	221.116	190.899	190.899
Ativos Financeiros Setoriais	3	48.416	48.416	72.293	72.293
Contas a Receber da Concessão	3	305.737	305.737	274.526	274.526
Instrumentos financeiros derivativos	2	85.191	85.191	57.407	57.407
<b>PASSIVO</b>					
Fornecedores	2	121.388	121.388	83.870	83.870
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	720.630	721.203	714.568	714.999
Instrumentos financeiros derivativos	2	27.763	27.763	47.200	47.200
Passivos Financeiros Setoriais	3	76.253	76.253	61.629	61.629

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$11.406, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 13 e 09.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativos financeiros setoriais líquidos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 30 de setembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em (R\$6.500) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro semestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em (R\$1.938) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## 26. Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

## 27. Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Uso de Estimativa: Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

	30/09/2016	31/12/2015
Dívida (a)	720.630	714.568
Caixa e equivalentes de caixa	(53.559)	(83.957)
<b>Dívida líquida</b>	<b>667.071</b>	<b>630.611</b>
Patrimônio líquido (b)	345.822	336.365
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>1,93</b>	<b>1,87</b>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	119.011	.	.	.	2.377	121.388
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	16,78%	108.978	136.301	499.625	67.555	38.067	850.526
<b>Total</b>		<b>227.989</b>	<b>136.301</b>	<b>499.625</b>	<b>67.555</b>	<b>40.444</b>	<b>971.914</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	53.559	83.957
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	60.518	31.653
Consumidores e concessionárias	221.116	190.899
Ativos Financeiros Setoriais	48.416	72.293
Conta a receber da concessão	305.737	274.526
Instrumentos financeiros derivativos	85.191	57.407

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 25.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras,

principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2016, com queda de 16,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2462/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2016 era de 16,6%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2016, de R\$721.413 (R\$715.096 em 31 de dezembro de 2015), R\$474.588 (R\$477.024 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16 e 17. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos têm custo de até 4,53% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em abril de 2018.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 possui registrado R\$26.674 no ativo circulante, R\$58.517 (R\$57.407 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante, R\$25.782 (R\$31.147 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$1.981 (R\$16.053 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	22.314	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.444	VC + 5,33%	CDI + 3,65%	04/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.400	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	2.924	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	14/12/2016	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2016	31/12/2015		30/09/2016	31/12/2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	73.499	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(70.261)	-
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	70.261	-
			<b>Posição Passiva</b>		
Swap Cambial (Derivativo)	73.499	-	Taxa de Juros CDI	(80.213)	-
			Posição Líquida Swap	(9.952)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(80.213)	-

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2016	31/12/2015		30/09/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge) *	325.500	70.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(404.328)	(83.373)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	408.928	86.436
Swap Cambial	325.500	70.000	<b>Posição Passiva</b>		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(341.548)	(73.511)
			Posição Líquida Swap	67.380	12.925
			Posição Líquida Dívida + Swap	(336.948)	(70.448)

(\*) De acordo com a norma contábil, os empréstimos objetos de Fair Value Hedge são ajustados a valor presente desconsiderando o efeito da taxa Libor.

O Valor Justo dos derivativos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

#### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:



## a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(479.189)		(482.198)	(563.331)	(675.998)
Variação Dívida	-		(3.009)	(84.142)	(196.809)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	479.189	Alta US\$	482.198	563.331	675.998
Variação - USD e LIBOR	-		3.009	84.142	196.809
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(421.761)		(421.761)	(421.761)	(421.761)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>57.428</b>		<b>60.437</b>	<b>141.570</b>	<b>254.237</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(421.761)</b>		<b>(421.761)</b>	<b>(421.761)</b>	<b>(421.761)</b>

(\*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 3,2462 no cenário provável, R\$ 4.0578/US\$ no cenário 25% e R\$ 4.8693/US\$ no cenário 50%.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 421.761 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$ 421.761 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

A Energisa Sergipe não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,42%, TJLP = 5,57% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	106.246	Alta CDI	14.790	18.487	22.184
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(421.761)	Alta CDI	(58.709)	(73.386)	(88.064)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(122.489)	Alta CDI	(17.050)	(21.313)	(25.575)
	(52.852)	Alta TJLP	(3.964)	(4.955)	(5.946)
	-	Alta FNE	-	-	-
	(18.156)	Alta SELIC	(2.527)	(3.159)	(3.791)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(615.258)</b>		<b>(82.250)</b>	<b>(102.813)</b>	<b>(123.376)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(509.012)</b>		<b>(67.460)</b>	<b>(84.326)</b>	<b>(101.192)</b>

(\*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2017 (13,92 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2016, TJLP 7,50%, FNE X% e Selic 13,92% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 106.155.



## 28. Benefícios a empregados

---

### 28.1. Contexto

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pela Energisa SE tem como “veículo financeiro” a INERGUS - Instituto Energiepe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

### 28.2. Sumário dos planos de benefícios

#### Plano de Benefícios Definido - BD

O plano de benefício previdenciário mantido pela Companhia nesta modalidade, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desse plano, a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e.
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa SE com o respectivo fundo patrocinado - INERGUS. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

A Companhia firmou com a INERGUS contrato de assunção de dívida em 31 de janeiro de 2016 no montante de R\$13.753, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado INERGUS - PSI. O valor da dívida foi parcelado em 287 parcelas de R\$85 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

#### Plano de Contribuição Definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$13.844 (R\$12.621 em 30 de setembro de 2015).

Uso de estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

### 28.3. Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2016 as despesas com esse benefício foram de R\$3.784 (R\$3.645 em 30 de setembro de 2015).

## 29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*) - R\$ mil						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	119.427	417.173	412.539	409.200	388.472	7.296.383

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de setembro de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

## 30. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	12.284	30.440
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	11.945	16.777
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	4.170	3.684
Impostos a recuperar	-	2.689
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	4.170	5.447
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos para aquisição de equipamentos FINAME	-	1.763
Capitalização de reservas	-	25.765
Parcelamento de impostos	-	2.689

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.  
Aracaju - SE

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### *Reapresentação das informações financeiras intermediárias correspondentes*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.2 às informações financeiras intermediárias, em decorrência dos ajustes descritos na referida nota, os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas

informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4